

UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ

LEANDRO DE MATOS COUTINHO

***COMPLIANCE* ANTICORRUPÇÃO, A LEI DAS ESTATAIS E A DEFESA DO  
ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

Rio de Janeiro

2017

LEANDRO DE MATOS COUTINHO

***COMPLIANCE* ANTICORRUPÇÃO, A LEI DAS ESTATAIS E A DEFESA DO  
ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

Dissertação apresentada como requisito para  
obtenção do título de Mestre em Direito, pela  
Universidade Estácio de Sá

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Adriano  
Japiassú

Rio de Janeiro

2017

C871c Coutinho, Leandro de Matos

Compliance anticorrupção, a Lei das Estatais e a defesa do Estado Democrático de Direito / Leandro de Matos Coutinho. – Rio de Janeiro, 2017.

142 f.

Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Estácio de Sá, 2018.

1. Compliance anticorrupção. 2. Lei das Estatais.  
3. Integridade. 4. Estado Democrático de Direito.  
I. Título.

CDD 341.234



**Estácio**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

A dissertação

**COMPLIANCE ANTICORRUPÇÃO, A LEI DAS ESTATAIS E A DEFESA DO  
ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

elaborada por

**LEANDRO DE MATOS COUTINHO**

e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora foi aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Direito como requisito parcial à obtenção do título de

***MESTRE EM DIREITO***

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Dr. Carlos Eduardo Adriano Japiassú – Presidente**  
Universidade Estácio de Sá

**Prof. Dr. Artur de Brito Gueiros Souza**  
Universidade Estácio de Sá

**Prof. Dr. Marcelo de Carvalho**  
Universidade Federal Fluminense

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Ely Monteiro Coutinho e Léa de Matos Coutinho, pelo mais sincero amor que alguém poderia receber na vida.

Dedico também a minha amada esposa, Giselle Lima Sardenberg Coutinho, pela parceria de uma vida.

E, por fim, dedico aos meus maravilhosos filhos, Davi Sardenberg Coutinho e Théó Sardenberg Coutinho, pela certeza que a vida continua.

## RESUMO

A presente Dissertação tem por escopo a temática do *compliance* anticorrupção e sua correlação com a lei nº13.303/2016, intitulada Lei das Estatais. O assunto integridade encontra-se na pauta das principais discussões nacionais do momento, e as empresas estatais, importantes mecanismos de intervenção do Estado na economia, não poderiam estar de fora desse contexto. No decorrer do trabalho, serão tratados o *compliance* anticorrupção, à luz da legislação de regência, bem como a Lei das Estatais, que incorporou seus conceitos e previsões à realidade das empresas públicas e sociedades de economia mista. Pretende-se apresentar os atuais níveis de exigências de controles, gestão de riscos e *compliance* para as empresas estatais, como medida de melhor governança, maior transparência e garantia da integridade em suas relações com o próprio poder público e os atores privados, para, ao final, identificar possíveis papéis para essas empresas no combate à corrupção e na defesa do Estado Democrático de Direito.

**Palavras – chave: *Compliance* Anticorrupção. Lei das Estatais. Integridade. Estado Democrático de Direito**

## **ABSTRACT**

The present paper deals with the theme of anticorruption compliance and its correlation with the Law 13303/2016, entitled State-owned companies Law. The issue of integrity is on the agenda of the main national discussions of the moment, and state-owned enterprises, important mechanisms of state intervention in the economy, could not be outside this context. In the course of the work, anticorruption compliance will be treated in light of the regulative legislation, as well as the state-owned companies Law, which incorporated its concepts and forecasts into the reality of state-owned companies and mixed-capital companies. It is intended to present the current levels of control, risk management and compliance for state-owned companies, as a measure of better governance, greater transparency and guarantee of integrity in their relations with the Government itself and the private sector, to identify, at the end, possible roles for these companies in the fight against corruption and in defending the Democrat State of Law.

**Key words: Anticorruption Compliance. State-owned companies Law. Integrity. Democrat State of Law**

## SUMÁRIO

Introdução	9
1. <i>Compliance</i> Anticorrupção	10
1.1 Corrupção	10
1.2 Lei Anticorrupção	13
1.2.1 Lei Administrativa ou Penal?	13
1.2.2 Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica	15
1.2.2.1 Fundamento Constitucional	16
1.2.2.2 Como se caracteriza a responsabilidade da Pessoa Jurídica	18
1.2.2.3 Devido Processo Legal	22
1.2.2.4 Direito Administrativo Sancionador e Direito Penal	24
1.3 Lei Anticorrupção, conceito de <i>compliance</i> e programa de integridade	29
1.3.1 Conceito de <i>compliance</i>	32
1.3.1.1 <i>Compliance</i> e os Tratados e Convenções Internacionais	35
1.3.2 Programas de Integridade	38
1.3.3 Decreto nº 8.420 de 18 de março de 2015	43
1.3.4 Pilares do Programa de Integridade	44
1.3.4.1 Comprometimento da Alta Administração	45
1.3.4.2 Instância responsável pelo Programa de Integridade	46
1.3.4.3 Análise de perfil e riscos	46
1.3.4.4 Estrutura das regras e instrumentos	47
1.3.4.5 Estratégia de monitoramento contínuo	47
1.3.5 Avaliação do Programa de Integridade	48
2. Lei das Estatais	51
2.1 Nota Introdutória	51
2.2.1 Intervenção ou atuação do Estado na Economia	52
2.1.2 O que leva à intervenção/atuação do Estado na Economia	54
2.1.3 Intervenção/atuação do Estado na Economia e as Empresas Estatais	58
2.2 Conceitos e Abrangência da Lei	63
2.2.1 Conceitos	63
2.2.1.1 Empresas Estatais	63
2.2.1.2 Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas	64
2.2.2 Abrangência	70
2.3 Governança, Gestão de Riscos, Controles Internos e <i>Compliance</i>	73
2.3.1 Experiências no setor privado	73
2.3.1.1 Programa Destaque em Governança de Estatais	75
2.3.2 Governança, Gestão de Riscos, Controles Internos e <i>Compliance</i> nas Estatais	77
2.3.2.1 Experiência Internacional da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)	78
2.3.2.2 Análise da Lei brasileira	80
2.3.2.2.1 Transparência	80
2.3.2.2.2 Estruturas e Práticas de Gestão de Riscos e Controles Internos	84
2.3.2.2.3 Função Social das empresas estatais	88
3. Correlação entre Lei Anticorrupção e Lei das Estatais	89
3.1 Previsão de cunho repressivo	90
3.2 Complementariedade das Leis	94
3.2.1 Previsão sobre Códigos de Conduta e Integridade e Códigos de Ética	94



3.2.2. Contratações administrativas e escândalos de corrupção	96
3.2.3 Treinamento sobre a Lei Anticorrupção	98
3.2.4 Aplicação das sanções da Lei Anticorrupção pelas empresas estatais	100
3.3 Integridade das empresas estatais em decorrência de outras normas	102
3.4 Programa de Integridade obrigatório para as Estatais Federais	105
4. Possibilidades de atuação das Empresas Estatais no combate à corrupção e na defesa do Estado Democrático de Direito	107
4.1 Papel das empresas no combate à corrupção	107
4.2 Atendimento do objetivo constitucional das empresas estatais	110
4.3 Defesa do Estado Democrático de Direito	112
4.3.1 Estado Democrático de Direito	113
4.4 Possibilidades de atuação das empresas estatais	118
4.4.1 Formulação de normas e políticas internas de integridade	118
4.4.2 Elaboração de códigos de ética e conduta	120
4.4.3 Cláusulas contratuais de integridade e anticorrupção	122
4.4.4 <i>Due dilligence</i> na escolha de parceiros	125
4.4.5 Participação em fóruns e associações	127
4.5 Proposta de aprimoramento legislativo	131
Conclusão.	134
Referências.	136